



Administração Central
Gabinete da Superintendência

CONTRATO nº 074/2023
PROCESSO CPS nº 2022/32548
Código Único: 20220921597
PREGÃO ELETRÔNICO nº 015/2023

TERMO DE CONTRATO CELEBRADO ENTRE O CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA "PAULA SOUZA" – CEETEPS E A EMPRESA **WT PELÍCULAS LTDA** TENDO POR OBJETO **AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE ELEMENTO QUEBRA-LUZ - APLICAÇÃO DE PELÍCULA (INSULFILM)**.

O CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA "PAULA SOUZA", inscrita no CNPJ nº 62.823.257/0001-09, com sede a Rua dos Andradas, 140, Santa Ifigênia – São Paulo – SP, doravante designado (a) "CONTRATANTE", neste ato representada pela sua Diretora Superintendente, a Professora Laura M. J. Laganá, RG. nº 7.715.675-4 e CPF nº CPF. 005.923.818-62, no uso da competência conferida pelo Decreto-Lei Estadual nº 233, de 28 de abril de 1970, e empresa **WT PELÍCULAS LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº **11.325.873/0001-90**, com sede Rua José Conceição Barreiros, 641, Residencial Santa Paula, Jacareí, SP, CEP 12302-224, a seguir denominada "CONTRATADA", neste ato representada pelo Senhor Willian Thomas Rebouças da Silva, portador do RG nº 52.519.041-7 e CPF nº 314.456.708-60, em face da adjudicação efetuado no Pregão Eletrônico indicado em epígrafe, celebram o presente TERMO DE CONTRATO, sujeitando-se às disposições previstas na Lei Federal nº 10.520/2002, no Decreto Estadual nº 49.722/2005 e pelo regulamento anexo à Resolução CC-27, de 25 de maio de 2006, aplicando-se, subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei Federal nº 8.666/1993, do Decreto Estadual nº 47.297/2002, do regulamento anexo à Resolução CEGP-10, de 19 de novembro de 2002, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, mediante as seguintes cláusulas e condições que reciprocamente outorgam e aceitam:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente instrumento **AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE ELEMENTO QUEBRA-LUZ - APLICAÇÃO DE PELÍCULA (INSULFILM)**, conforme detalhamento e especificações técnicas constantes do Termo de Referência, da proposta da CONTRATADA e demais documentos constantes do processo administrativo em epígrafe.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGENCIA, DOS PRAZOS, DAS CONDIÇÕES E DO LOCAL DE ENTREGA DOS BENS

O prazo de vigência do presente ajuste será de **45 (quarenta e cinco) dias**, com início na data da assinatura do presente contrato e término com a efetiva liquidação da nota

www.cps.sp.gov.br Página 1 de 42

Rua dos Andradas, 140 • Santa Ifigênia • 01208-000 • São Paulo • SP • Tel.: (11) 3324.3300



Assinado com senha por LICIANDEIRA DO NASCIMENTO COSTA - Testemunha / UGAF/DMP/NC - 17/03/2023 às 08:10:10, NAIANE SANTOS MACIEL - Testemunha / UGAF/DMP/NC - 17/03/2023 às 08:40:05 e LAURA MARGARIDA JOSEFINA LAGANÁ - Diretor Superintendente / GDS - 20/03/2023 às 17:59:19.
Documento Nº: 67884357-6772 - consulta à autenticidade em <https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=67884357-6772>



CEETEPSDCI202348419

SIGA



Administração Central
Gabinete da Superintendência

fiscal, podendo ser prorrogado mediante a celebração de Termo Aditivo nas hipóteses previstas no artigo 57, §1º, da Lei Federal nº 8.666/1993, mediante justificativa prévia e por escrito nos autos do processo administrativo.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Os bens deverão ser entregues em 15 (quinze) dias corridos, contados da data da assinatura do contrato pela contratada.

PARÁGRAFO SEGUNDO

A entrega dos produtos objeto deste contrato deve ser feita nos endereços como descrito no Anexo I, de segunda a sexta-feira das 9:00 às 12:00 e das 13:00 à 16:00 horas.

PARÁGRAFO TERCEIRO

Correrão por conta da contratada todas as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, decorrentes da entrega e da própria aquisição dos produtos.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES E DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

À CONTRATADA, além das obrigações constantes do Termo de Referência, que constitui **ANEXO I** do Edital indicado no preâmbulo, e daquelas estabelecidas em lei, em especial as definidas nos diplomas federal e estadual sobre licitações, cabe:

I - zelar pela fiel execução deste contrato, utilizando-se de todos os recursos materiais e humanos necessários;

II - designar o responsável pelo acompanhamento da execução das atividades e pelos contatos com o CONTRATANTE;

III - responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e tributários, resultantes da execução deste contrato, nos termos do artigo 71 da Lei Federal nº 8.666/1993;

IV - manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação indicada no preâmbulo deste termo;

V - dar ciência imediata e por escrito ao CONTRATANTE de qualquer anormalidade que verificar na execução do contrato;





Administração Central
Gabinete da Superintendência

VI - prestar ao CONTRATANTE, por escrito, os esclarecimentos solicitados e atender prontamente as reclamações sobre a execução do contrato;

VII - responder por quaisquer danos, perdas ou prejuízos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes da execução do contrato;

VIII - manter seus empregados identificados por meio de crachás, com fotografia recente;

IX - obedecer às normas e rotinas do CONTRATANTE, em especial as que disserem respeito à proteção de dados pessoais, à segurança, à guarda, à manutenção e à integridade das informações coletadas, custodiadas, produzidas, recebidas, classificadas, utilizadas, acessadas, reproduzidas, transmitidas, distribuídas, processadas, arquivadas, eliminadas ou avaliadas durante a execução do objeto a que se refere a Cláusula Primeira deste Contrato, observando as normas legais e regulamentares aplicáveis.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

A CONTRATADA não poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, tampouco aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, por conta própria ou por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie relacionados de forma direta ou indireta ao objeto deste contrato, o que deve ser observado, ainda, pelos seus prepostos, colaboradores e eventuais subcontratados, caso permitida a subcontratação.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Em atendimento à Lei Federal nº 12.846/2013 e ao Decreto Estadual nº 60.106/2014, a CONTRATADA se compromete a conduzir os seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, abstendo-se de práticas como as seguintes:

- I – prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada;
- II – comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos previstos em Lei;
- III – comprovadamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados;



Administração Central
Gabinete da Superintendência

IV – no tocante a licitações e contratos:

- a) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;
- b) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;
- c) afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
- d) fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;
- e) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;
- f) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou
- g) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;

V – dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional.

PARÁGRAFO TERCEIRO

O descumprimento das obrigações previstas nos Parágrafos Primeiro e Segundo desta Cláusula Terceira poderá submeter a CONTRATADA à rescisão unilateral do contrato, a critério da CONTRATANTE, sem prejuízo da aplicação das sanções penais e administrativas cabíveis e, também, da instauração do processo administrativo de responsabilização de que tratam a Lei Federal nº 12.846/2013 e o Decreto Estadual nº 60.106/2014.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Ao CONTRATANTE cabe:

I – indicar formalmente o servidor responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução do ajuste e, ainda, pelos contatos com a CONTRATADA;





Administração Central
Gabinete da Superintendência

II - fornecer à CONTRATADA todos os dados e informações necessários à execução do objeto do contrato;

III - efetuar os pagamentos devidos, de acordo com o estabelecido neste ajuste;

IV - permitir aos técnicos e profissionais da CONTRATADA acesso às áreas físicas envolvidas na execução deste contrato, observadas as normas de segurança;

V - observar, no tratamento de dados pessoais de profissionais, empregados, prepostos, administradores e/ou sócios da CONTRATADA, a que tenha acesso durante a execução do objeto a que se refere a Cláusula Primeira deste Contrato, as normas legais e regulamentares aplicáveis, em especial, a Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, com suas alterações subsequentes.

CLÁUSULA QUINTA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

O CONTRATANTE exercerá a fiscalização contratual por intermédio do gestor do contrato, de modo a assegurar o efetivo cumprimento das obrigações ajustadas.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

A fiscalização não exclui e nem reduz a integral responsabilidade da CONTRATADA, mesmo perante terceiros, por quaisquer irregularidades constatadas na execução do objeto contratado, inexistindo, em qualquer hipótese, corresponsabilidade por parte do CONTRATANTE.

PARAGRAFO SEGUNDO

A ausência de comunicação, por parte do CONTRATANTE, referente a irregularidades ou falhas, não exime a CONTRATADA do regular cumprimento das obrigações previstas neste contrato e no **ANEXO I** do Edital.

CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

O objeto, será recebido provisoriamente em até 05 (cinco) dias úteis, contados da data da entrega dos bens, acompanhado da respectiva nota fiscal/fatura.

PARAGRAFO PRIMEIRO

Por ocasião da entrega, a CONTRATADA deverá colher no comprovante respectivo a data, o nome, o cargo, a assinatura e o número do Registro Geral (RG), emitido pela Secretaria de Segurança Pública, ou documento equivalente, do servidor do CONTRATANTE responsável pelo recebimento.



PARAGRAFO SEGUNDO

Constatadas irregularidades no objeto contratual, o CONTRATANTE poderá:

I. Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis. Na hipótese de substituição, a CONTRATADA deverá fazê-la em conformidade com a indicação do CONTRATANTE, no prazo máximo de **05 (cinco) dias**, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado;

II. Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis. Na hipótese de complementação, a CONTRATADA deverá fazê-la em conformidade com a indicação do CONTRATANTE, no prazo máximo de **05 (cinco) dias**, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

PARAGRAFO TERCEIRO

O recebimento do objeto dar-se-á definitivamente no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, após o recebimento provisório, uma vez verificado o atendimento integral da quantidade e das especificações contratadas, mediante “Termo de Recebimento Definitivo” ou “Recibo”, firmado pelo servidor responsável.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PREÇOS

A CONTRATADA obriga-se a fornecer o objeto deste contrato pelo preço de total de R\$ 20.474,00 (vinte e mil quatrocentos e setenta e quatro reais), **mediante os seguintes valores unitários:**

ITEM	DESCRIÇÃO	METRA GEM TOTAL M ²	VALOR UNIT. DO MATERIAL	VALOR UNIT. DA MÃO DE OBRA	VALOR TOTAL MATERIAL	VALOR TOTAL MÃO DE OBRA	VALOR TOTAL
1	AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE ELEMENTO QUEBRA-LUZ - APLICAÇÃO DE PELÍCULA (INSULFILM) Película de Proteção Solar, Tipo Lisa, Profissional, Anti-risco, na Cor Fumê, Aplicação em Vidros Lisos, Luz Visível Transmitida 5%, Refletida Interior 40%, Refletida exterior	353	R\$34,80	R\$23,20	R\$12.284,40	R\$ 8.189,60	R\$ 20.474,00





Administração Central
Gabinete da Superintendência

55%, Redução de Raios UV no Mínimo 98%, Re.dução de Calor Solar, aproximadamente 45%, Garantia Mínima de 5 Anos para Descoloração, Descamação e Despigmentação MARCA/ MODELO: BLUETECH / PROFISSIONAL CARBONO 5% PROCEDÊNCIA: IMPORTADO							
---	--	--	--	--	--	--	--

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Nos preços acima estão incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos diretos e indiretos relacionados ao fornecimento, tais como tributos, remunerações, despesas financeiras e quaisquer outras necessárias ao cumprimento do objeto desta licitação, inclusive gastos com transporte.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Caso a CONTRATADA seja optante pelo Simples Nacional e, por causa superveniente à contratação, perca as condições de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ou, ainda, torne-se impedida de beneficiar-se desse regime tributário diferenciado por incorrer em alguma das vedações previstas na Lei Complementar Federal nº 123/2006, não poderá deixar de cumprir as obrigações avençadas perante a Administração, tampouco requerer o reequilíbrio econômico-financeiro, com base na alegação de que a sua proposta levou em consideração as vantagens daquele regime tributário diferenciado.

PARAGRAFO TERCEIRO

Os preços contratados permanecerão fixos e irrealizáveis.

CLAUSULA OITAVA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

No presente exercício as despesas decorrentes desta contratação irão onerar o crédito orçamentário desta Autarquia, UGE **102401**, PROGRAMA DE TRABALHO: **12 363 1039 5292 0000**, FONTE DE RECURSO: **150010001**, NATUREZA DE DESPESA: **33 90 30 90**.

CLÁUSULA NONA - DOS PAGAMENTOS

Prazo. Os pagamentos serão efetuados em 30 (trinta) dias, contados da apresentação de cada nota fiscal/fatura no protocolo da Unidade Compradora, no endereço indicado no preâmbulo deste Edital, à vista do respectivo “Termo de Recebimento Definitivo” ou “Recibo”.





Administração Central
Gabinete da Superintendência

PARAGRAFO PRIMEIRO

As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à contratada e seu vencimento ocorrerá em **30 (trinta) dias**, após a data de sua apresentação válida.

PARAGRAFO SEGUNDO

Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome da contratada no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades do Estado de São Paulo – CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pela CONTRATADA, de que os registros estão suspensos, nos termos do artigo 8º da Lei Estadual nº 12.799/2008.

PARAGRAFO TERCEIRO

Os pagamentos serão feitos mediante crédito aberto em conta corrente em nome da contratada no Banco do Brasil S/A.

PARAGRAFO QUARTO

Havendo atraso nos pagamentos, incidirá correção monetária sobre o valor devido na forma da legislação aplicável, bem como juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, em relação ao atraso verificado.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA ALTERAÇÃO DA QUANTIDADE DO OBJETO CONTRATADO

A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratadas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto, a critério exclusivo do CONTRATANTE, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

PARÁGRAFO ÚNICO

Eventual alteração será obrigatoriamente formalizada pela celebração de prévio termo aditivo ao presente instrumento, respeitadas as disposições da Lei Federal nº 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO

O contrato poderá ser rescindido, na forma, com as consequências e pelos motivos previstos nos artigos 77 a 80 e 86 a 88, da Lei Federal nº 8.666/1993.

PARÁGRAFO ÚNICO

www.cps.sp.gov.br Página 8 de 42

Rua dos Andradas, 140 • Santa Ifigênia • 01208-000 • São Paulo • SP • Tel.: (11) 3324.3300



CEETEPSPDCI202348419



Administração Central
Gabinete da Superintendência

A CONTRATADA reconhece desde já os direitos do CONTRATANTE nos casos de rescisão administrativa, prevista no artigo 79 da Lei Federal nº 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

A CONTRATADA ficará impedida de licitar e contratar com a Administração direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, se vier a praticar quaisquer atos previstos no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal, quando couber.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

A sanção de que trata o *caput* desta Cláusula poderá ser aplicada juntamente com as multas previstas no **Anexo IV** do Edital indicado no preâmbulo deste instrumento,

garantido o exercício de prévia e ampla defesa, e deverá ser registrada no CAUFESP, no “Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções”, no endereço www.esancoes.sp.gov.br, e também no “Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS”, no endereço <http://www.portaltransparencia.gov.br/ceis>.

PARÁGRAFO SEGUNDO

As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

PARÁGRAFO TERCEIRO

O CONTRATANTE reserva-se no direito de descontar das faturas os valores correspondentes às multas que eventualmente forem aplicadas por descumprimento de cláusulas contratuais, ou, quando for o caso, efetuará a cobrança judicialmente.

PARÁGRAFO QUARTO

A prática de atos que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, contra princípios da administração pública, ou que de qualquer forma venham a constituir fraude ou corrupção, durante a licitação ou ao longo da execução do contrato, será objeto de instauração de processo administrativo de responsabilização nos termos da Lei Federal nº 12.846/ 2013 e do Decreto Estadual nº 60.106/2014, sem prejuízo da

aplicação das sanções administrativas previstas no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002.





Administração Central
Gabinete da Superintendência

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

Não será exigida a apresentação de garantia para a contratação que constitui objeto do presente instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA SUBCONTRATAÇÃO, CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS.

A CONTRATADA não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto deste ajuste.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DISPOSIÇÕES FINAIS

Fica ajustado, ainda, que:

I. Consideram-se partes integrantes do presente Termo de Contrato, como se nele estivessem transcritos:

a. o Edital mencionado no preâmbulo e seus anexos.

b. a proposta apresentada pela CONTRATADA;

II. Aplicam-se às omissões deste contrato as disposições da Lei Federal nº 10.520/2002 e disposições regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições da Lei Federal nº 8.666/1993, da Lei Federal nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor – e princípios gerais dos contratos.

III. Para dirimir quaisquer questões decorrentes deste Termo de Contrato, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

E assim, por estarem as partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento **02 (duas) vias** de igual teor e forma que, lido e achado conforme pela CONTRATADA e

pela CONTRATANTE, vai por elas assinado para que produza todos os efeitos de Direito, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

www.cps.sp.gov.br Página **10** de **42**

Rua dos Andradas, 140 • Santa Ifigênia • 01208-000 • São Paulo • SP • Tel.: (11) 3324.3300



CEETEPSPDCI202348419



Administração Central
Gabinete da Superintendência

CONTRATANTE

CONTRATADA

LAURA M. J. LAGANÁ
Diretora Superintendente

WILLIAN THOMAS REBOUCAS DA SILVA:31445670860
Assinado de forma digital por WILLIAN THOMAS REBOUCAS DA SILVA:31445670860
Dados: 2023.03.16 17:25:34 -03'00'

WILLIAN THOMAS REBOUCAS DA SILVA
Diretor

TESTEMUNHAS:



TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

DESCRIÇÃO
AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE ELEMENTO QUEBRA-LUZ - APLICAÇÃO DE PELÍCULA (INSULFILM) Película de Proteção Solar, Tipo Lisa, Profissional, Anti-risco, na Cor Fumê, Aplicação em Vidros Lisos, Luz Visível Transmitida 5%, Refletida Interior 40%, Refletida exterior 55%, Redução de Raios UV no Mínimo 98%, Redução de Calor Solar, aproximadamente 45%, Garantia Mínima de 5 Anos para Descoloração, Descamação e Despimentação

2. DESCRIÇÃO DO OBJETO

O objeto da presente solicitação é a aquisição de película (insulfilm) com o fornecimento do serviço de instalação no 6º; 5º; 4º; 3º e 2º andar da Administração Central localizada na Rua dos Andradas, 140, Santa Ifigênia, São Paulo/SP, CEP 01208-000, na copa do 1º andar e no 4º andar nas salas 4.5 e 4.6 do prédio de Capacitações Pedagógicas, localizado na Rua General Couto de Magalhães, 175, Santa Ifigênia, São Paulo/SP, CEP 01212-030, no campus Santa Ifigênia, do Centro Paula Souza. É necessário o fornecimento de material.

3. ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA DO MATERIAL

A especificação técnica do material a ser fornecido para todos os locais mencionados neste Termo de Referência é a seguinte: Película de Proteção Solar, Tipo Lisa, Profissional, Anti-risco, na Cor Fumê, Aplicação em Vidros Lisos, Luz Visível Transmitida 5%, Refletida Interior 40%, Refletida exterior 55%, Redução de Raios UV no Mínimo 98%, Redução de Calor Solar, aproximadamente 45%, Garantia Mínima de 5 Anos para Descoloração, Descamação e Despimentação.

4. 2. PRAZO DE ENTREGA

Os bens deverão ser entregues em **15 (quinze) dias corridos**, contados da data da assinatura do contrato pela contratada.

5. ENDEREÇO DA ENTREGA E INSTALAÇÃO DO MATERIAL

O endereço de entrega e da instalação das películas insulfilm, conforme especificado neste Termo de Referência, é na Administração Central, do Centro Paula Souza, localizada na Rua dos Andradas, 140, Santa Ifigênia, São Paulo/SP, CEP 01208-000, de





Administração Central
Gabinete da Superintendência

segunda a sexta-feira das 9:00 às 12:00 e das 13:00 à 16:00 horas, correndo por conta da contratada todas as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento



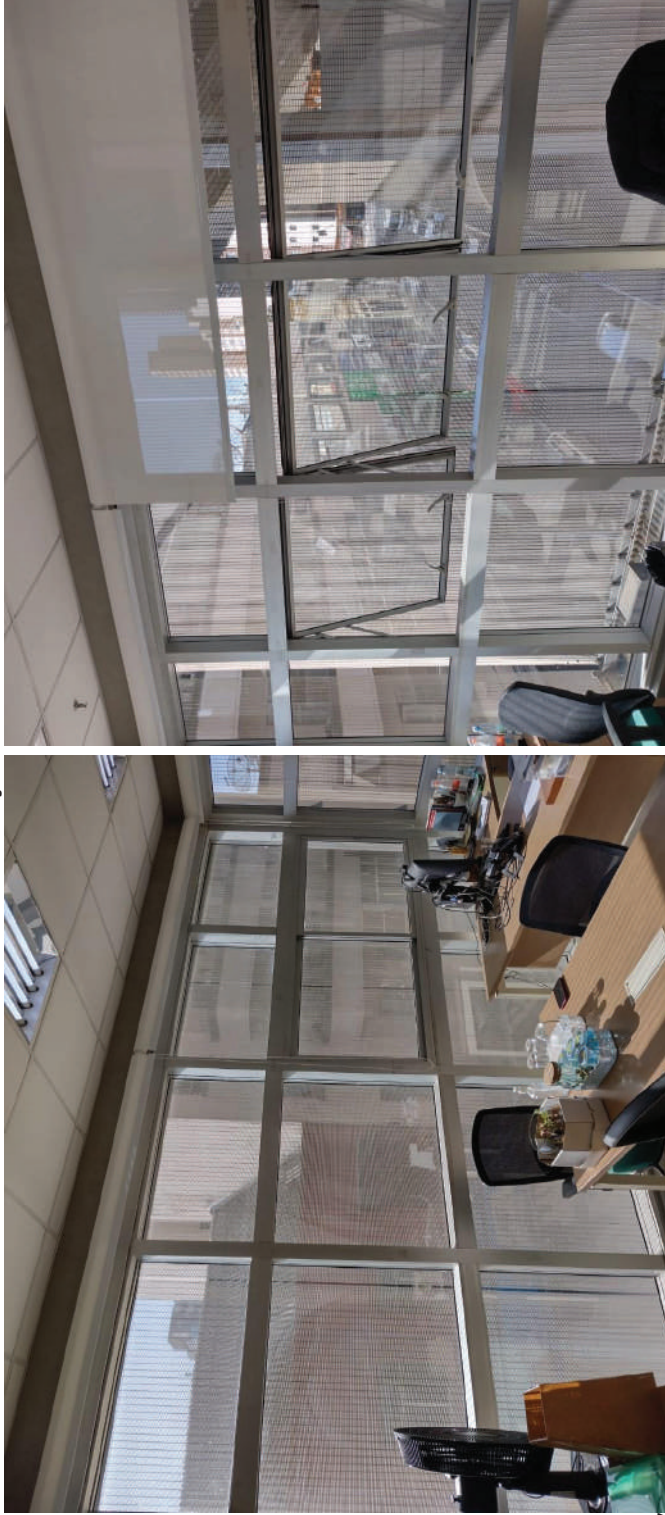


6. LOCAIS DE INSTALAÇÃO E QUANTIDADE DE MATERIAL (Relação de locais e quantidades de películas insulfilmes para serem fornecidas e instaladas)

- 2º andar

. 1. Prédio da Administração Central

COORDENAÇÃO DA CETEC



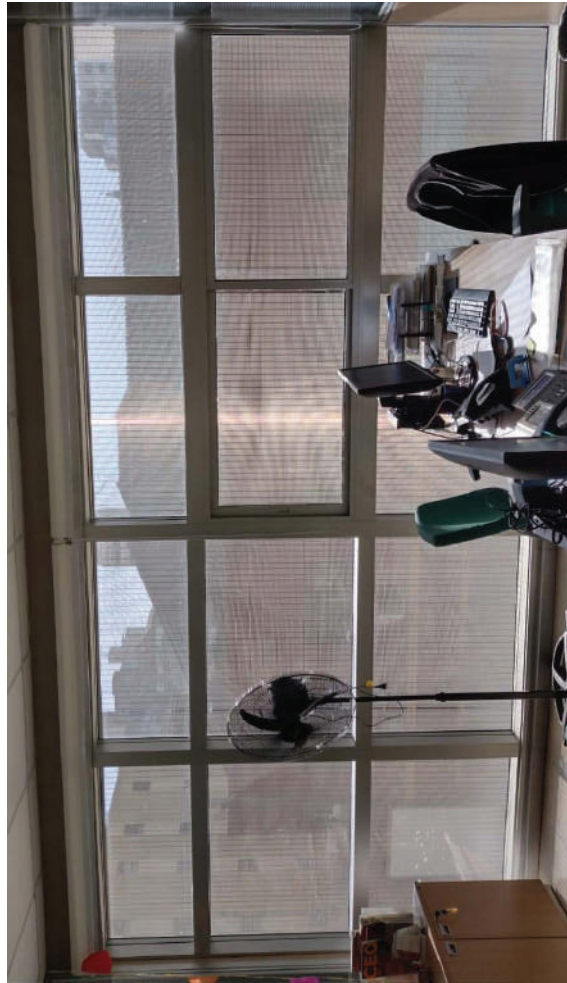


Assinado com senha por LICIANDRA DO NASCIMENTO COSTA - Testemunha / UGAF/DMP/NC - 17/03/2023 às 08:10:10, NAIANE SANTOS MACIEL - Testemunha / UGAF/DMP/NC - 17/03/2023 às 08:40:05 e LAURA MARGARIDA JOSEFINA LAGANA - Diretor Superintendente / GDS - 20/03/2023 às 17:59:19.
Documento Nº: 67884357-6772 - consulta à autenticidade em <https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/signaex/public/app/autenticar?n=67884357-6772>



Administração Central
Gabinete da Superintendência

SALA DA SECRETÁRIA DA COORDENAÇÃO DA CETEC



www.cps.sp.gov.br Página **15** de **42**
Rua dos Andradas, 140 • Santa Ifigênia • 01208-000 • São Paulo • SP • Tel.: (11) 3324.3300



CEETEPSDCI202348419

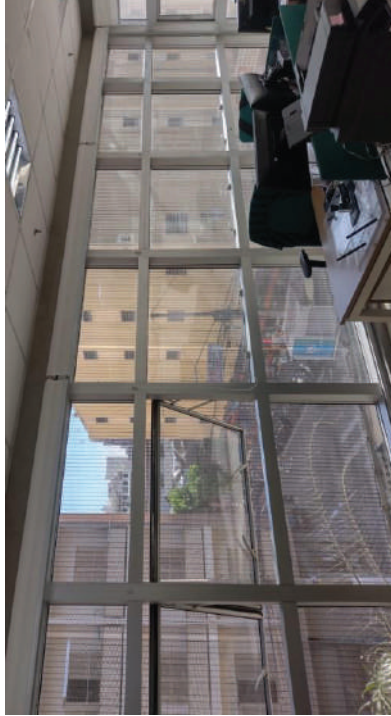


Assinado com senha por LICIANDRA DO NASCIMENTO COSTA - Testemunha / UGAF/DMP/NC - 17/03/2023 às 08:10:10, NAIANE SANTOS MACIEL - Testemunha / UGAF/DMP/NC - 17/03/2023 às 08:40:05 e LAURA MARGARIDA JOSEFINA LAGANA - Diretor Superintendente / GDS - 20/03/2023 às 17:59:19.
Documento Nº: 67884357-6772 - consulta à autenticidade em <https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/signaex/public/app/autenticar?n=67884357-6772>



Administração Central
Gabinete da Superintendência

CETEC – BANCO DE DADOS



www.cps.sp.gov.br Página **16** de **42**
Rua dos Andradas, 140 • Santa Ifigênia • 01208-000 • São Paulo • SP • Tel.: (11) 3324.3300



CEETEPSDCI202348419



Assinado com senha por LICIANDRA DO NASCIMENTO COSTA - Testemunha / UGAF/DMP/NC - 17/03/2023 às 08:10:10, NAIANE SANTOS MACIEL - Testemunha / UGAF/DMP/NC - 17/03/2023 às 08:40:05 e LAURA MARGARIDA JOSEFINA LAGANA - Diretor Superintendente / GDS - 20/03/2023 às 17:59:19.
Documento Nº: 67884357-6772 - consulta à autenticidade em <https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/signaex/public/app/autenticar?n=67884357-6772>



Administração Central
Gabinete da Superintendência

Tabela 01 – Relação de locais e quantidade de películas a serem instaladas no 2º andar

Item	Local	Qtde.	Altura	Largura	Total
1	Coordenação da Cetec	12	1,17	0,80	11,23
2	Coordenação da Cetec	7	1,17	0,50	4,10
3	Coordenação da Cetec	2	0,92	0,80	1,47
4	Coordenação da Cetec	2	1,17	0,65	1,52
5	Coordenação da Cetec	1	0,92	0,80	0,74
6	Secretária da Coordenação da Cetec	6	1,17	0,80	5,61
7	Secretária da Coordenação da Cetec	4	1,17	0,50	2,34
8	Secretária da Coordenação da Cetec	2	1,10	0,65	1,43
9	Banco de Dados da Cetec	19	1,17	0,80	17,79
10	Banco de Dados da Cetec	10	1,17	0,50	5,85
11	Banco de Dados da Cetec	4	1,12	0,65	2,91
12	Banco de Dados da Cetec	2	0,86	0,80	1,38
13	Banco de Dados da Cetec	1	0,86	0,48	0,41
14	CPD divisão de informática	16	1,17	0,80	14,98
15	CPD divisão de informática	8	1,17	0,50	4,68
16	CPD divisão de informática	1	0,82	0,50	0,41
17	CPD divisão de informática	1	1,52	0,68	1,03
Metragem total do 2º andar (m2)					77,88





Assinado com senha por LICIANDRA DO NASCIMENTO COSTA - Testemunha / UGAF/DMP/NC - 17/03/2023 às 08:10:10, NAIANE SANTOS MACIEL - Testemunha / UGAF/DMP/NC - 17/03/2023 às 08:40:05 e LAURA MARGARIDA JOSEFINA LAGANA - Diretor Superintendente / GDS - 20/03/2023 às 17:59:19.
Documento Nº: 67884357-6772 - consulta à autenticidade em <https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=67884357-6772>



Administração Central
Gabinete da Superintendência

NÚCLEO DE PROMOÇÃO DA SAÚDE OCUPACIONAL



www.cps.sp.gov.br Página **19** de **42**
Rua dos Andradas, 140 • Santa Ifigênia • 01208-000 • São Paulo • SP • Tel.: (11) 3324.3300



CEETEPSPDCI202348419



Assinado com senha por LICIANDRA DO NASCIMENTO COSTA - Testemunha / UGAF/DMP/NC - 17/03/2023 às 08:10:10, NAIANE SANTOS MACIEL - Testemunha / UGAF/DMP/NC - 17/03/2023 às 08:40:05 e LAURA MARGARIDA JOSEFINA LAGANA - Diretor Superintendente / GDS - 20/03/2023 às 17:59:19.
Documento Nº: 67884357-6772 - consulta à autenticidade em <https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/signaex/public/app/autenticar?n=67884357-6772>

NÚCLEO DE SAÚDE OCUPACIONAL E BENEFÍCIOS





Assinado com senha por LICIANDRA DO NASCIMENTO COSTA - Testemunha / UGAF/DMP/NC - 17/03/2023 às 08:10:10, NAIANE SANTOS MACIEL - Testemunha / UGAF/DMP/NC - 17/03/2023 às 08:40:05 e LAURA MARGARIDA JOSEFINA LAGANA - Diretor Superintendente / GDS - 20/03/2023 às 17:59:19.
Documento Nº: 67884357-6772 - consulta à autenticidade em <https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=67884357-6772>





Assinado com senha por LICIANDRA DO NASCIMENTO COSTA - Testemunha / UGAF/DMP/NC - 17/03/2023 às 08:10:10, NAIANE SANTOS MACIEL - Testemunha / UGAF/DMP/NC - 17/03/2023 às 08:40:05 e LAURA MARGARIDA JOSEFINA LAGANA - Diretor Superintendente / GDS - 20/03/2023 às 17:59:19.
Documento Nº: 67884357-6772 - consulta à autenticidade em <https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/signaex/public/app/autenticar?n=67884357-6772>



Administração Central
Gabinete da Superintendência

SALA DE REUNIÃO COORDENADOR URH



www.cps.sp.gov.br Página **22** de **42**
Rua dos Andradas, 140 • Santa Ifigênia • 01208-000 • São Paulo • SP • Tel.: (11) 3324.3300



CEETEPSPDCI202348419

Administração Central
Gabinete da Superintendência

Tabela 02 – Relação de locais e quantidade de películas a serem instaladas no 3º andar

Item	Local	Qtde	Altura	Largura	Total
1	Núcleo de promoção saúde ocupacional	4	1,17	0,80	3,74
2	Núcleo de promoção saúde ocupacional	2	1,17	0,49	1,15
3	Núcleo de promoção saúde ocupacional	1	1,70	0,83	1,41
4	Núcleo de promoção saúde ocupacional	1	0,83	0,49	0,41
5	Departamento de saúde ocupacional ebenefícios	14	1,17	0,80	13,10
6	Departamento de saúde ocupacional ebenefícios	9	1,17	0,40	4,21
7	Departamento de saúde ocupacional ebenefícios	4	1,17	0,66	3,09
8	Departamento de saúde ocupacional ebenefícios	2	0,93	0,80	1,49
9	Departamento de saúde ocupacional ebenefícios	1	0,93	0,49	0,46
10	Secretarias URH	6	1,17	0,80	5,62
11	Secretarias URH	4	1,17	0,50	2,34
12	Secretarias URH	2	1,12	0,71	1,59
13	Sala de reunião Coordenador Vicente	9	1,17	0,80	8,42
14	Sala de reunião Coordenador Vicente	5	1,17	0,50	2,93
15	Sala de reunião Coordenador Vicente	2	1,12	0,65	1,46
16	Sala de reunião Coordenador Vicente	2	0,88	0,50	0,88
17	Sala de reunião Coordenador Vicente	1	0,88	0,80	0,70
Metragem total do 3º andar (m3)					52,99





Assinado com senha por LICIANDRA DO NASCIMENTO COSTA - Testemunha / UGAF/DMP/NC - 17/03/2023 às 08:10:10, NAIANE SANTOS MACIEL - Testemunha / UGAF/DMP/NC - 17/03/2023 às 08:40:05 e LAURA MARGARIDA JOSEFINA LAGANA - Diretor Superintendente / GDS - 20/03/2023 às 17:59:19.
Documento Nº: 67884357-6772 - consulta à autenticidade em <https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/signaex/public/app/autenticar?n=67884357-6772>

4º andar

Administração Central
Gabinete da Superintendência

PROCURADORIA JURIDICA

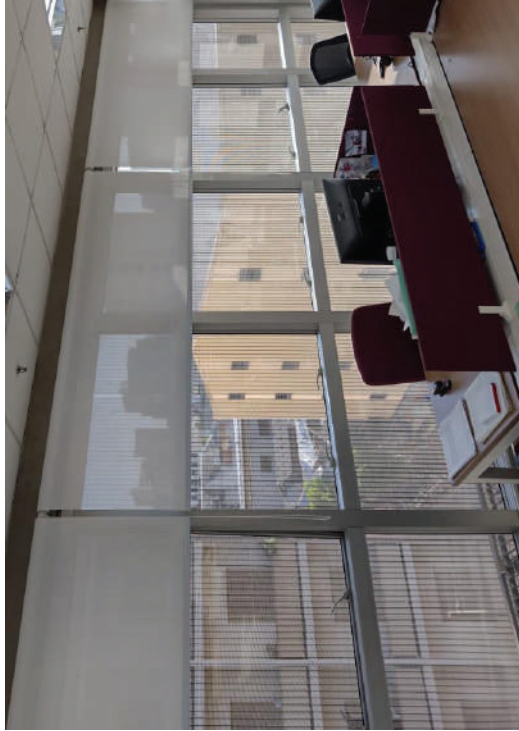


CEETEPSPDCI202348419



Assinado com senha por LICIANDRA DO NASCIMENTO COSTA - Testemunha / UGAF/DMP/NC - 17/03/2023 às 08:10:10, NAIANE SANTOS MACIEL - Testemunha / UGAF/DMP/NC - 17/03/2023 às 08:40:05 e LAURA MARGARIDA JOSEFINA LAGANA - Diretor Superintendente / GDS - 20/03/2023 às 17:59:19.
Documento Nº: 67884357-6772 - consulta à autenticidade em <https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/signaex/public/app/autenticar?n=67884357-6772>

Administração Central
Gabinete da Superintendência





Administração Central
Gabinete da Superintendência

Tabela 03 – Relação de locais e quantidade de películas a serem instaladas no 4º andar

Item	Local	Qtde.	Altura	Largura	Total
1	Procuradoria Jurídica	23	1,17	0,80	21,53
2	Procuradoria Jurídica	23	1,17	0,50	13,46
3	Procuradoria Jurídica	4	1,11	0,64	2,84
4	Procuradoria Jurídica	3	0,83	0,50	1,25
5	Procuradoria Jurídica	2	0,93	0,80	1,49
6	Procuradoria Jurídica	1	1,17	0,69	0,81
Metragem total do 4º andar (m4)					41,36





Assinado com senha por LICIANDR A DO NASCIMENTO COSTA - Testemunha / UGAF/DMP/NC - 17/03/2023 às 08:10:10, NAIANE SANTOS MACIEL - Testemunha / UGAF/DMP/NC - 17/03/2023 às 08:40:05 e LAURA MARGARIDA JOSEFINA LAGANA - Diretor Superintendente / GDS - 20/03/2023 às 17:59:19.
Documento Nº: 67884357-6772 - consulta à autenticidade em <https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/signaex/public/app/autenticar?n=67884357-6772>



GOVERNO DO ESTADO
DE SÃO PAULO

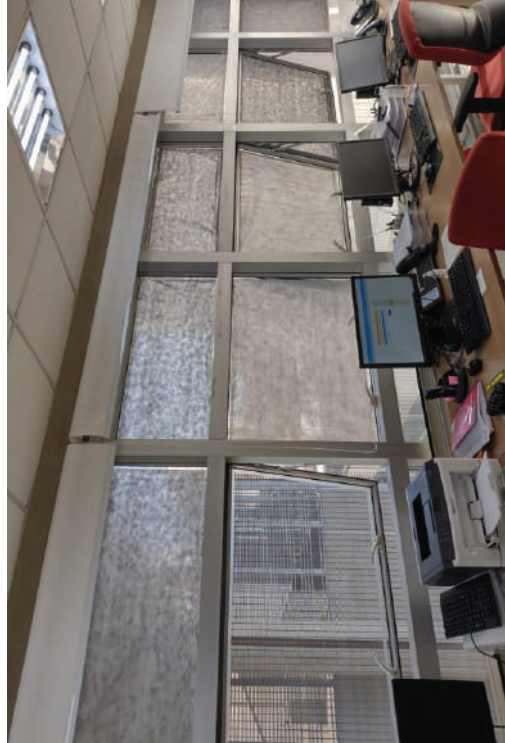


CPS
Centro de Processamento de Dados

Administração Central
Gabinete da Superintendência

5º andar

OUVIDORIA



www.cps.sp.gov.br Página 27 de 42
Rua dos Andradas, 140 • Santa Ifigênia • 01.208-000 • São Paulo • SP • Tel.: (11) 3324.3300



CEETEPSPDCI202348419



Assinado com senha por LICIANDRA DO NASCIMENTO COSTA - Testemunha / UGAF/DMP/NC - 17/03/2023 às 08:10:10, NAIANE SANTOS MACIEL - Testemunha / UGAF/DMP/NC - 17/03/2023 às 08:40:05 e LAURA MARGARIDA JOSEFINA LAGANA - Diretor Superintendente / GDS - 20/03/2023 às 17:59:19.
Documento Nº: 67884357-6772 - consulta à autenticidade em <https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=67884357-6772>

CERIMONIAL



CEETEPSPDCI202348419



Assinado com senha por LICIANDRA DO NASCIMENTO COSTA - Testemunha / UGAF/DMP/NC - 17/03/2023 às 08:10:10, NAIANE SANTOS MACIEL - Testemunha / UGAF/DMP/NC - 17/03/2023 às 08:40:05 e LAURA MARGARIDA JOSEFINA LAGANA - Diretor Superintendente / GDS - 20/03/2023 às 17:59:19.
Documento Nº: 67884357-6772 - consulta à autenticidade em <https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/signaex/public/app/autenticar?n=67884357-6772>

SALA RESPONSÁVEL PELA UNIDADE PROCESSANTE





Assinado com senha por LICIANDRA DO NASCIMENTO COSTA - Testemunha / UGAF/DMP/NC - 17/03/2023 às 08:10:10, NAIANE SANTOS MACIEL - Testemunha / UGAF/DMP/NC - 17/03/2023 às 08:40:05 e LAURA MARGARIDA JOSEFINA LAGANA - Diretor Superintendente / GDS - 20/03/2023 às 17:59:19.
Documento Nº: 67884357-6772 - consulta à autenticidade em <https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/signaex/public/app/autenticar?n=67884357-6772>



Administração Central
Gabinete da Superintendência

UNIDADE PROCESSANTE



www.cps.sp.gov.br Página **30** de **42**
Rua dos Andradas, 140 • Santa Ifigênia • 01208-000 • São Paulo • SP • Tel.: (11) 3324.3300



CEETEPSDCI202348419

Administração Central
Gabinete da Superintendência

Tabela 04 – Relação de locais e quantidade de películas a serem instaladas no 5º andar

Item	Local	Qtde.	Altura	Largura	Total
1	Ouvidoria	10	1,17	0,80	9,36
2	Ouvidoria	7	1,17	0,50	4,10
3	Ouvidoria	2	0,82	0,50	0,82
4	Ouvidoria	2	1,08	0,66	1,43
5	Ouvidoria	1	1,70	0,83	1,41
6	Ouvidoria	1	0,93	0,80	0,74
7	Cerimonial	3	1,17	0,80	2,81
8	Cerimonial	3	1,17	0,50	1,76
9	Cerimonial	2	1,08	0,66	1,43
10	Sala Paulo José Ferrari (UP)	10	1,17	0,80	9,36
11	Sala Paulo José Ferrari (UP)	6	1,17	0,50	3,51
12	Sala Paulo José Ferrari (UP)	2	1,12	0,66	1,48
13	Sala Paulo José Ferrari (UP)	2	0,88	0,80	1,41
14	Unidade Processante	6	1,17	0,80	5,62
15	Unidade Processante	4	1,17	0,50	2,34
16	Unidade Processante	2	1,12	0,66	1,48
Metragem total do 5º andar (m5)					49,04





Assinado com senha por LICIANDEIRA DO NASCIMENTO COSTA - Testemunha / UGAF/DMP/NC - 17/03/2023 às 08:10:10, NAIANE SANTOS MACIEL - Testemunha / UGAF/DMP/NC - 17/03/2023 às 08:40:05 e LAURA MARGARIDA JOSEFINA LAGANA - Diretor Superintendente / GDS - 20/03/2023 às 17:59:19.
Documento Nº: 67884357-6772 - consulta à autenticidade em <https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/signaex/public/app/autenticar?n=67884357-6772>

6º andar

REFEITÓRIO



CEETEPSDCI202348419



Administração Central
Gabinete da Superintendência

Tabela 05 – Relação de locais e quantidade de películas a serem instaladas no 6º andar

Item	Local	Qtde.	Altura	Largura	Total
1	Refeitório	2	2,17	1,15	4,99
Metragem total do 6º andar (m2)					4,99





Assinado com senha por LICIANDRINA DO NASCIMENTO COSTA - Testemunha / UGAF/DMP/NC - 17/03/2023 às 08:10:10, NAIANE SANTOS MACIEL - Testemunha / UGAF/DMP/NC - 17/03/2023 às 08:40:05 e LAURA MARGARIDA JOSEFINA LAGANA - Diretor Superintendente / GDS - 20/03/2023 às 17:59:19.
Documento Nº: 67884357-6772 - consulta à autenticidade em <https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/signaex/public/app/autenticar?n=67884357-6772>

PRÉDIO DE CAPACITAÇÕES PEDAGÓGICAS
1º andar

COPA – 1º ANDAR CAPACITAÇÃO





Administração Central
Gabinete da Superintendência

Tabela 06 – Relação de locais e quantidade de películas a serem instaladas na copa da capacitação 1º andar

Item	Local	Qtde.	Altura	Largura	Total
1	Copa 1º andar Capacitação	4	1,40	0,84	4,70
2	Copa 1º andar Capacitação	4	1,78	0,45	3,20
Metragem total da copa 1º andar capacitação (m1)					7,91

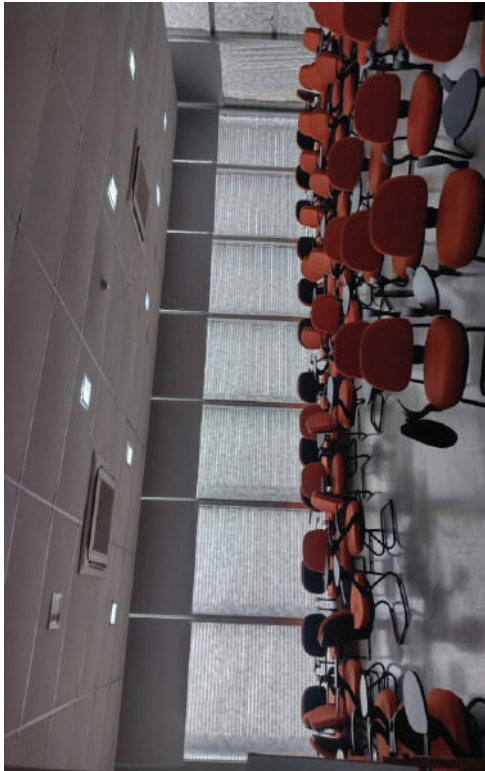




Assinado com senha por LICIANDEIRA DO NASCIMENTO COSTA - Testemunha / UGAF/DMP/NC - 17/03/2023 às 08:10:10, NAIANE SANTOS MACIEL - Testemunha / UGAF/DMP/NC - 17/03/2023 às 08:40:05 e LAURA MARGARIDA JOSEFINA LAGANA - Diretor Superintendente / GDS - 20/03/2023 às 17:59:19.
Documento Nº: 67884357-6772 - consulta à autenticidade em <https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/signaex/public/app/autenticar?n=67884357-6772>

Administração Central
Gabinete da Superintendência

SALA DE REUNIÃO 4.5



CEETEPSPDCI202348419



Assinado com senha por LICIANDEIRA DO NASCIMENTO COSTA - Testemunha / UGAF/DMP/NC - 17/03/2023 às 08:10:10, NAIANE SANTOS MACIEL - Testemunha / UGAF/DMP/NC - 17/03/2023 às 08:40:05 e LAURA MARGARIDA JOSEFINA LAGANA - Diretor Superintendente / GDS - 20/03/2023 às 17:59:19.
Documento Nº: 67884357-6772 - consulta à autenticidade em <https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/signaex/public/app/autenticar?n=67884357-6772>

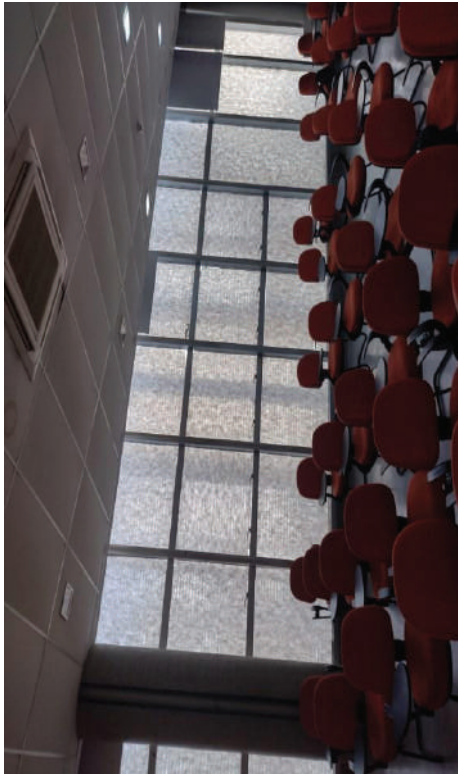


Tabela 07 – Relação de locais e quantidade de películas a serem instaladas nas salas de capacitação 4º andar salas 4.5 e 4.6

Item	Local	Qtde.	Altura	Largura	Total
3	Sala de reunião 4.5	14	1,17	1,05	17,20
4	Sala de reunião 4.5	11	1,17	1,30	16,73
5	Sala de reunião 4.5	6	2,11	1,32	16,71
6	Sala de reunião 4.5	6	1,90	1,32	15,05
7	Sala de reunião 4.5	4	2,11	1,17	9,87
8	Sala de reunião 4.5	1	1,32	1,20	1,58
9	Sala de reunião 4.5	1	2,11	1,36	2,87
10	Sala de reunião 4.5	1	1,36	1,27	1,73
11	Sala de reunião 4.5	1	2,11	1,20	2,53
12	Sala de reunião 4.6	12	1,17	1,10	15,44
13	Sala de reunião 4.6	9	1,17	1,33	14,00
14	Sala de reunião 4.6	1	2,10	0,74	1,55
15	Sala de reunião 4.6	1	1,33	0,74	0,98
16	Sala de reunião 4.6	1	2,10	1,17	2,46
Metragem total das salas 4.5 e 4.6 (m2)					118,70

4. DA GARANTIA DE PRODUTO

4.1. O prazo de garantia do objeto da licitação, será de **5 (cinco) anos**, contra qualquer defeito de fabricação e/ou falha, excetuados os decorrentes de uso impróprio, contados da data do recebimento definitivo do mesmo.

4.2. Todas as despesas havidas no período da garantia, tais como consertos, substituição de peças, transporte, mão-de-obra e manutenção do bem correrão por conta da CONTRATADA, não cabendo a CONTRATANTE quaisquer ônus.

5. EMBALAGEM:

Papelão ondulado de gramatura adequada às características do produto, de modo a proteger contra danos no transporte e manuseio; fixação por meio de fita adesiva complementada. Não deverão ser utilizadas fitas adesivas em contato direto com o produto.





Administração Central
Gabinete da Superintendência

RESOLUÇÃO REFERENTE A PENALIDADES

RESOLUÇÃO SDECTI Nº 12, DE 28-3-2014.

Dispõe sobre a aplicação da penalidade de multa prevista nas Leis federais nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e na Lei estadual nº 6.544, de 22 de novembro de 1989, no âmbito da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação.

O SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, com fundamento no disposto no artigo 3º do Decreto nº 31.138, de 09 de janeiro de 1990, RESOLVE:

Art. 1º. Na aplicação das multas previstas nos artigos 79, 80 e 81, inciso II, da Lei Estadual nº 6.544, de 22, de novembro de 1989, nos artigos 86 e 87, inciso II, da Lei Federal nº 8.666, de 21, de junho de 1993, e no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17, de julho de 2002, serão observadas as disposições desta Resolução.

Art. 2º. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o à aplicação de multa, na forma estabelecida no artigo 5º desta Resolução.

Art. 3º. O atraso injustificado na execução do objeto do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, observado o seguinte:

I - em se tratando de compras ou de prestação de serviços não contínuos:

a) para atrasos de até 30 (trinta) dias: multa de 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso, calculados sobre o valor global do contrato;

b) para atrasos superiores a 30 (trinta) dias: multa de 0,4% (quatro décimos por cento) por dia de atraso, calculados sobre o valor global do contrato;

II - em se tratando de execução de obras ou de serviços de engenharia:

a) para contratos com valor de até R\$ 100.000,00 (cem mil reais): multa de 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso, calculados sobre o valor da parcela da obrigação contratual não cumprida;





Administração Central
Gabinete da Superintendência

b) para contratos com valor de R\$ 100.000,01 (cem mil reais e um centavo) até R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais): multa de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso, calculados sobre o valor da obrigação contratual não cumprida; e

c) para contratos com valor de igual ou superior a R\$ 500.000,01 (quinhentos mil reais e um centavo): multa de 0,4% (quatro décimos por cento) por dia de atraso, calculados sobre o valor diário do contrato;

III – em se tratando de serviços contínuos: multa de 30% (trinta por cento) por dia de inexecução, calculados sobre o valor diário do contrato.

§1º O valor das multas previstas neste artigo não poderá exceder a 25% (vinte e cinco por cento) do saldo financeiro ainda não realizado do contrato.

§2º A multa pelo atraso injustificado na execução do objeto do contrato será calculada a partir do primeiro dia útil seguinte àquele em que a obrigação avençada deveria ter sido cumprida.

Art. 4º. A inexecução parcial do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, observado o seguinte:

I – em se tratando de compras ou de prestação de serviços não contínuos: multa de 10% (dez por cento) incidente sobre o valor da parcela não cumprida do contrato;

II – em se tratando de execução de obras ou serviços de engenharia ou de serviços contínuos:

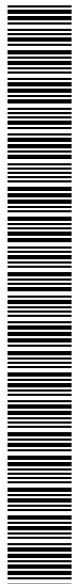
a) para contratos com valor de até R\$ 100.000,00 (cem mil reais): multa de 30% (trinta por cento) incidente sobre o valor da parcela não cumprida do contrato;

b) para contratos com valor de R\$ 100.000,01 (cem mil reais e um centavo) até R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais): multa de 20% (vinte por cento) incidente sobre o valor da parcela não cumprida do contrato;

c) para contratos com valor igual ou superior a R\$ 500.000,01 (quinhentos mil reais e um centavo): multa de 10% (dez por cento) incidente sobre o valor da parcela não cumprida do contrato;

III – em se tratando de serviços contínuos: multa de 20% (vinte por cento) por dia de inexecução, calculados sobre o valor diário do contrato.

Art. 5º. A inexecução total do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, observado o seguinte:





Administração Central
Gabinete da Superintendência

I – em se tratando de compras ou de prestação de serviços contínuos ou não: multa de 20% (vinte por cento) incidente sobre o valor global do contrato;

II – em se tratando de execução de obras ou serviços de engenharia ou de serviços contínuos:

a) para contratos com valor de até R\$ 100.000,00 (cem mil reais): multa de 20% (vinte por cento) incidente sobre o valor global do contrato;

b) para contratos com valor de R\$ 100.000,01 (cem mil reais e um centavo) até R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais): multa de 15% (quinze por cento) incidente sobre o valor global do contrato;

c) para contratos com valor igual ou superior a R\$ 500.000,01 (quinhentos mil reais e um centavo): multa de 10% (dez por cento) incidente sobre o valor global do contrato.
Art. 6º. Configurada a ocorrência de hipótese ensejadora de aplicação da penalidade de multa, o adjudicatário ou o contratado será notificado para, querendo, apresentar defesa prévia no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do primeiro dia subsequente à data da sua notificação.

§1º Recebida a defesa, a autoridade competente deverá se manifestar motivadamente sobre o acolhimento ou rejeição das razões apresentadas, concluindo pela aplicação ou não da penalidade, dando ciência inequívoca ao adjudicatário ou contratado.

§2º A decisão que dispuser sobre a aplicação da multa será publicada no Diário Oficial do Estado e deverá conter o respectivo valor, o prazo para seu pagamento e a data a partir da qual o valor da multa sofrerá correção monetária.

§3º O adjudicatário ou o contratado será notificado da decisão, da qual caberá recurso a ser apresentado no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data do recebimento da notificação.

§4º A decisão do recurso será publicada no Diário Oficial do Estado, sem prejuízo da notificação do adjudicatário ou contratado.

Art. 7º. Ao término do regular processo administrativo, garantidos o contraditório e a ampla defesa, a multa aplicada será descontada da garantia do respectivo contratado.

§1º Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, o contratado responderá por sua complementação, mediante descontos nos pagamentos eventualmente devidos pela Administração até sua total quitação.





Administração Central
Gabinete da Superintendência

§2º Inexistindo pagamentos a serem realizados, o contratado recolherá o valor ao cofre público estadual, na forma prevista na legislação em vigor.

§3º Decorrido o prazo estabelecido sem o pagamento da multa aplicada será adotadas as providências pertinentes voltadas à sua cobrança judicial.

Art. 8º. As multas de que trata esta Resolução serão aplicadas sem prejuízo da cominação das demais sanções administrativas previstas na Lei Federal nº 8.666, de 1993, na Lei Federal nº 10.520, de 2002 e na Lei Estadual 6.544, de 1989.

Art. 9º. Os editais de licitação deverão fazer menção expressa às normas estabelecidas nesta Resolução, cujo texto deverá integrar os respectivos editais e contratos, na forma de anexo.

Art. 10. As disposições desta Resolução aplicam-se também às contratações resultantes de procedimentos de dispensa ou de inexigibilidade de licitação.

Art. 11. Esta Resolução entrará em vigor na data da sua publicação, ficando revogada a Resolução SCTDE -1, de 22 de fevereiro de 1994.

(*) Republicada por ter saído, no DOE , de 29-03-2014, Seção I, páginas, 116 e 117, com incorreções no original.

Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação
GABINETE DO SECRETÁRIO

